

EDITAL

CARTA-CONVITE Nº 001/2022

OBJETO: Elaboração de projeto para obras de infraestrutura de pavimentação com drenagem pluvial superficial de vias urbanas em diversos logradouros situados na área de influência do Lago das Brisas, Município de Buriti Alegre - GO, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

SUMÁRIO

I	DO OBJETO
II	DAS GENERALIDADES
III	DA PARTICIPAÇÃO
IV	DA PROPOSTA COMERCIAL
V	DO PROCESSO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
VI	DO ELEMENTO DE DESPESA E DOS RECURSOS FINANCEIROS
VII	DA GARANTIA CONTRATUAL
VIII	DA EXECUÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
IX	DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS
X	DOS PRAZOS E DA PRORROGAÇÃO
XI	DO PAGAMENTO
XII	DO REAJUSTAMENTO
XIII	DO CONTRATO, DAS MULTAS E DAS SANÇÕES
XIV	DA RESCISÃO
XV	DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
XVI	DA SUBCONTRATAÇÃO
XVII	DAS OBRIGAÇÕES
XVIII	DO SÓCIO-AMBIENTAL
XIX	DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO
XX	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ANEXO I	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
ANEXO II	ESTUDOS PRELIMINARES
ANEXO III	MODELOS DE DOCUMENTOS
ANEXO IV	ORÇAMENTO SINTÉTICO
ANEXO V	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
ANEXO VI	MINUTA DE CONTRATO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE-GO**, com sede Rua Goiás nº 563 centro, Fones: 064 3444 9907, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 01.345.909/0001-44, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar na sala de reuniões da Comissão de Licitação às **08:00hs horas do dia 25 MARÇO de 2022**, a **CARTA-CONVITE** para contratação de empresa especializada na execução dos serviços motivo do objeto desta licitação, sob o regime de execução de **SERVIÇOS DE ENGENHARIA** por **preço unitário**, do tipo **LOTE UNICO**, tudo de acordo com o que consta no **processo 04441/2021**, baseada nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Complementar nº 123/06 e pelas disposições desta carta-convite.

I - DO OBJETO

01.01- Constitui objeto desta licitação a elaboração o de projeto para obras de infraestrutura de pavimentação com drenagem pluvial superficial de vias urbanas e vicinais em diversos logradouros situados na área de influência do Lago das Brisas, Município de Buriti Alegre, neste Estado, de acordo com os Estudos Preliminares do ANEXO II, com o Orçamento Sintético do ANEXO IV e com o Cronograma Físico-Financeiro do ANEXO V.

II - DAS GENERALIDADES

02.01- Os serviços a serem executados encontram-se definidos nos Estudos baseados nos cadernos de projetos de pavimentação da GOINFRA/DNIT, com especificações, planilhas e demais elementos constantes dos ANEXOS I ao V, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparáveis desta Carta-Convite.

02.02- Este Edital será fornecido aos interessados, via internet, mediante download, no site licitaoburitialegre@hotmail.com.

02.03- A Comissão de Licitação permanecerá à disposição dos interessados, para esclarecer quaisquer dúvidas e prestar informações, das **08:00 às 11:00 e das 13:30 às 17:00 horas** no endereço: Rua Goiás nº 563 Centro, Fone: (64) – 3444 9907, e-mail: licitaoburitialegre@hotmail.com, informando, também, que os questionamentos sobre o edital poderão ser feitos até o 2º (segundo) dia útil antes da data estabelecida para a entrega das Propostas, mediante provocação por escrito.

02.03.01- Os questionamentos encaminhados por e-mail deverão estar em arquivo editável (doc. .xls,.odt, etc.), e após respondidos serão disponibilizados a todos os interessados para consulta no site licitaoburitialegre@hotmail.com.

02.04- A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

02.05- Caso a data prevista para realização da presente licitação seja declarada feriado ou ponto facultativo, não havendo retificação da convocação, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.

02.06- Os serviços serão realizados com rigorosa observância aos cadernos de projetos e respectivos detalhes, bem como estrita obediência às prescrições e exigências das especificações da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, caderno de procedimentos e normas técnicas, que serão considerados como parte integrante do contrato, assim também como desta Carta-Convite.

02.07- Constituem como parte integrante e complementar, do presente Edital, os elementos a seguir relacionados:

02.07.01- ANEXO I – Informações Complementares;

02.07.02- ANEXO II – Estudos preliminares;

02.07.03- ANEXO III – Modelo de Documentos;

02.07.04- ANEXO IV – Orçamento Sintético;

02.07.05- ANEXO V – Cronograma Físico-Financeiro/B.D. I;

02.07.06 – Anexo VI - Termo de Referencia

02.07.07 – ANEXO VII – Minuta do Contrato.

III - DA PARTICIPAÇÃO

03.01- Poderão participar desta licitação qualquer empresa, legalmente estabelecida no país, especializada no ramo desta Carta Convite, desde que:

03.01.01- Forem regularmente convidadas, atenderem às condições desta Carta Convite e apresentarem os documentos nele exigidos;

03.01.02- Empresas que atuem no ramo pertinente a este objeto, e tenham manifestado seu interesse com antecedência de até 24h (vinte e quatro horas) da data de apresentação das propostas

03.02- Não será permitida a participação de consórcios.

03.03- É expressamente vedada nesta licitação:

03.03.01- a participação simultânea de empresas, cujos sócios ou diretores, responsáveis técnicos ou integrantes da equipe técnica pertençam simultaneamente a mais de uma empresa licitante.

03.03.02- a participação de empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam funcionários da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE.

03.03.03- a participação de qualquer agente público, assim definido no art. 84, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, impedido de contratar com a administração pública por vedação constitucional ou legal.

03.03.04- Como **condição prévia** ao exame da habilitação e proposta do licitante, a Comissão de Licitações, **ao receber os envelopes**, os licitantes deverão apresentar na fase de credenciamento onde se verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, as seguintes certidões:

a) TCU	Inidôneos – Licitantes Inidôneos;
b) CNJ	CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa Inelegibilidade;
c) Portal de Transparência	CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
d) Portal de Transparência	CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas

A apresentação das certidões – CEIS, CNEP e CNIA, na fase de credenciamento, constituem a

verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário- TCU).

03.03.05- Em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; ou falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação

03.03.05.01 - Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

03.03.06- a participação de empresa submissa a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

03.03.07- a participação de empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Carta-Convite;

03.03.08- a participação de empresas que estiverem suspensas de licitar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, nos termos do inciso III, art. 87, da Lei 8.666/93;

03.03.09 – A participação de empresas declaradas inidôneas para licitarem com qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, desde que o ato tenha sido publicado na Imprensa Oficial, pelo órgão que o praticou (art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93);

03.03.10- A participação de qualquer empresa cujos sócios tenham parentesco até o terceiro grau com servidores ou dirigentes da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE.

03.04- O licitante poderá apresentar os documentos solicitados em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, perfeitamente legível. De toda documentação apresentada em fotocópia poderá ser solicitado o original para conferência.

03.05- A proposta comercial deverá ser entregue na Comissão de Licitação, em envelope fechado, no local, data e horários mencionados no Aviso de Licitações e no preâmbulo desta Carta Convite, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas, trazendo, em sua parte externa e frontal, além da razão social da proponente, **CNPJ**, os dizeres:

03.05.01- dos envelopes:

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE- GO
CARTA CONVITE Nº 001/2022
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ DO LICITANTE:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE- GO
CARTA CONVITE Nº 001/2022
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ DO LICITANTE:

03.05.02 - A licitante deverá apresentar, dentro dos Envelopes, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA COMERCIAL.

03.05.02.01 – Apresentar Declaração de Entrega dos (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL), constante no ANEXO III – MODELO DE DOCUMENTOS.

03.06- Todos os volumes deverão ser entregues com todas as folhas carimbadas, assinadas e/ou rubricadas por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo, numeradas em ordem crescente, apresentando ao final um Termo de Encerramento, declarando, obrigatoriamente, o nº de documentos que o compõem, devendo conter, na capa, a titulação do conteúdo, o nome do licitante, o número do Edital e o objeto da licitação. Deverá ser entregue com o índice na ordem cronológica pedida no edital.

03.07- O licitante deverá apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

IV - DA PROPOSTA COMERCIAL

04.01- No **ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter, sob pena de não ser levado em consideração, a Proposta Comercial, elaborada em Língua Portuguesa, datilografada ou impressa, com linguagem clara, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa onde conste o nome e endereço da proponente, com todos os seus documentos datados, assinados na última folha e rubricados nas demais pela pessoa com competência para a sua assinatura, constituída dos seguintes elementos:

04.01.01- Carta de Apresentação da Proposta de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO III**;

04.01.02- Planilha Orçamentária onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários, os preços parciais e preço global dos serviços;

04.01.03- Cronograma Físico-Financeiro detalhado dos serviços propostos;

04.01.04- Composição de cada preço unitário na qual conste todos os elementos necessários para análise e avaliação (insumos, mão-de-obra, equipamentos, leis sociais, etc.);

04.01.05- Os quantitativos dos serviços deverão ser os mesmos da planilha de quantitativos estimados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE.

04.01.05.01- Se identificadas divergências nestes quantitativos, estas deverão ser questionadas formalmente à Comissão até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a abertura desta licitação.

04.01.06 A Comissão de Licitação enviará os dados da empresa à Diretoria Financeira, quando se tratar de ME ou EPP, para verificação, no portal da transparência do governo federal, do governo estadual e no SIOFI, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante melhor classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste edital, já seria o suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

04.02- As planilhas com quantitativos e preços unitários fornecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE terão efeito apenas para comparação com aquelas apresentadas pela licitante, parte integrante de sua proposta, sendo de inteira responsabilidade da licitante o levantamento real dos preços.

04.03- Na planilha de orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE foi adotado o BDI de **28,28% (vinte e oito vírgula vinte e oito por cento)**, conforme detalhamento constante no Anexo IV.

04.04- Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei Federal n.º 8.666/93, aquelas que:

04.04.01- Não atenderem às exigências contidas nesta Carta Convite;

04.04.02- Apresentarem valor global superior ao limite estabelecido ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos e serviços são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;

04.04.03- Do licitante classificado em primeiro lugar, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do §1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

04.05- No cálculo dos preços propostos, unitários e total, deverá ser desprezada a terceira casa decimal, em cada operação aritmética, considerando como invariáveis todos os quantitativos constantes do Orçamento Sintético do **ANEXO IV** desta Carta Convite.

04.06- Os preços constantes do orçamento fornecido incluem todos os custos de transportes, despesas de execução, mão-de-obra, leis sociais, tributos, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços.

04.07- A proposta permanecerá válida e em condição de aceitação por um período de **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura do presente certame;

04.08 – Findo o prazo de validade da proposta, fica o participante liberado dos compromissos assumidos, se assim o desejarem.

04.09 – Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta mediante provocação por escrita da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, o licitante deverá prorrogar o prazo de validade, caso deseje continuar participando do certame.

04.09.01 – Caso o licitante não se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias úteis, será declarado desistente do feito licitatório.

04.10- Eventuais erros ou irregularidades meramente formais na apresentação da proposta, desde que não comprometa seu conteúdo e seja irrelevante face à isonomia do certame, serão relevados pela comissão julgadora, que procederá a correção de ofício.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

V - DO PROCESSO E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

05.01- O julgamento da licitação será efetuado pela Comissão de Licitação, observadas as inovações introduzidas pela Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos seus artigos 42 a 45, a qual competirá:

05.01.01- Receber os envelopes de Propostas na forma desta Carta Convite.

05.01.02- Proceder a abertura dos envelopes de todos os licitantes contendo as suas propostas de preço, examiná-las nos termos desta Carta Convite, rubricá-las e oferecê-las à rubrica dos licitantes presentes.

05.01.03- Verificar a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações da Carta Convite, com os preços fixados pela Administração, promovendo a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

05.01.04- Julgar e classificar as propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes do a toda presente Carta Convite.

05.02- Se a proposta não for aceitável a Comissão examinará as demais propostas na ordem de suas classificações, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda a Carta Convite, sendo respectivo licitante declarado vencedor.

05.03- Declarado o vencedor, o licitante poderá interpor recurso no prazo de **02 (dois)** dias úteis a contar da lavratura da ata ou publicação do resultado na imprensa oficial, de acordo com o disposto no art. 109 da Lei 8.666/93.

05.03.01- Dentro do prazo previsto no subitem anterior, os recursos poderão ser protocolados na PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE das **07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas**

05.03.02- Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de **02 (dois)** dias úteis.

05.04- Uma vez decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Comissão, por intermédio de relatório, enviará o presente processo licitatório à autoridade superior para homologação e posterior adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame.

05.05- As propostas serão julgadas de acordo com os princípios da Lei 8.666/93 e os critérios estabelecidos no presente ato convocatório, obedecidos os seguintes critérios:

05.05.01- Não poderá ser considerada qualquer oferta de vantagem ou condição não prevista na Carta Convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

05.05.02- Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, a cuja remuneração ele renuncie total ou parcialmente.

05.05.03- Em nenhum caso, sob pena de responsabilidade, serão objeto de reformulação os critérios de julgamento previstos neste ato convocatório.

05.05.04- No caso de empate entre duas ou mais propostas, fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP). Nos demais casos de empate, que não envolvam ME/EPP, e observado o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a classificação das propostas será decidida mediante sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro critério.

05.05.04.01- Entendem-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

05.05.04.02- Para efeito do disposto no item **05.05.04.01**, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

05.05.04.02.01- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora da melhor oferta, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;

05.05.04.02.02- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item **05.05.04.02.01** desta Carta Convite, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item **05.05.04.01** desta Carta Convite, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

05.05.04.02.03- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas micro empresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item **05.05.04.01** desta Carta Convite, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro possa apresentar melhor oferta.

05.05.04.02.04- Para o exercício do direito a que se refere o item **05.05.04.02.01**, fica estipulado o prazo de **1 (um)** dia útil para apresentação de nova proposta.

05.05.05- Na hipótese da não-contratação de alguma microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente detentora da melhor oferta, desde que atendidas as condições habilitatórias.

05.05.06- O disposto no item **05.05.04.02** desta Carta Convite somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

05.06- Se todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes classificados forem inabilitados aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

05.07- A Comissão de Licitação lavrará ata circunstanciada da sessão da licitação e após assiná-la, a oferecerá à assinatura dos licitantes presentes ao ato;

05.08- Será considerada vencedora desta licitação a empresa que apresentar a proposta com o menor preço global julgado exequível e compatível com os preços praticados pelo mercado.

05.09- Reserva-se à Comissão, o direito de promover e realizar tantas sessões quantas julgadas necessárias para a conclusão deste processo licitatório.

05.10- Somente os membros da Comissão de Licitação e os representantes credenciados dos licitantes terão direito de usar da palavra, rubricar propostas, apresentar reclamações ou recursos e firmar a Ata.

05.11- Serão desclassificadas as propostas de acordo com o previsto no art. 48 da Lei 8.666/93 e nos seguintes casos:

05.11.01- Que apresentarem na sua composição de preço um lucro negativo;

05.11.02- Alterarem os quantitativos do Orçamento do **ANEXO IV**

05.11.03- Apresentarem preços unitários e/ou preço global superiores aos do orçamento sintético do **ANEXO IV** desta Carta-Convite.

05.12- Caso sejam constatados erros formais nas propostas apresentadas, fica assegurado à Comissão Julgadora o direito de corrigi-los, procedendo a retificação dos cálculos passíveis de correção, se for o caso. O valor resultante da correção, haja vista tratar-se de erro meramente formal, não poderá alterar o conteúdo da proposta, e será o considerado para a classificação das propostas;

05.13- A licitante vencedora deverá apresentar, para homologação do resultado desta licitação, os documentos, devidamente atualizados, listados nos itens **05.14** ao **05.19** e seus subitens.

05.14 – DA REGULARIDADE JURÍDICA

05.14.01 – A documentação relativa à regularidade jurídica consistirá em:

05.14.01.01 – cédula de identidade do representante(s) legal(s);

05.14.01.02 – registro comercial, no caso de empresário individual; no caso de sociedades comerciais, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis; em se tratando de sociedade simples, ato constitutivo averbado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

05.14.01.02.01 – em se tratando de sociedades por ações, é imprescindível a documentação de eleição dos seus administradores;

05.14.01.02.02 – decreto de autorização, no caso de empresário individual ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

05.14.01.02.03 – ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

05.14.01.02.04 – Procuração pública ou particular passada pela licitante, assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poder para responder por ele e tomar as decisões que julgar necessárias, durante o procedimento da habilitação e abertura das propostas, inclusive poderes para recorrer e renunciar a interposição de recursos administrativos. É necessário o reconhecimento de firma no caso de instrumento particular. A falta do documento previsto neste item não inabilita a licitante, ficando, porém, impedido o representante não credenciado de qualquer interferência no processo licitatório;

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

05.15 – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

05.15.01- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

05.15.02- Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, conforme disposto no inciso II do art. 29 da Lei 8.666/93;

05.15.03- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e Receita Federal), estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

05.15.03.01- As empresas sediadas fora do Território Goiano deverão apresentar, juntamente com a certidão de regularidade do seu Estado de origem, a certidão de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás.

05.15.04- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

05.15.04.01- A prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) poderá ser demonstrada pela Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, desde que no corpo da CND conste expressamente esta condição.

05.15.05- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

05.16- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

05.16.01- Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA e/ou CAU, da firma participante e seus responsáveis técnicos.

05.16.02- Comprovação da capacitação técnico-profissional do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante, através de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), emitidas pelo CREA e/ou CAU da região em que foi realizado o serviço, comprovando a responsabilidade técnica por serviços com características semelhantes ao objeto da licitação, de complexidade equivalente ou superior, sendo consideradas como parcelas de maior relevância e valor significativo, para fins desta licitação, a comprovação de execução dos serviços descritos abaixo (desconsiderar as quantidades mínimas exigidas):

Atestado de Projeto de Pavimentação - 1,7 km 16.320 m²

Atestado de Projeto ou Execução com Reforço de Geogrelha - 200 m²

*os atestados técnicos apresentados com quantitativos em m² serão convertidos em km, considerando-se a largura média de 9,60 metros.

OBS.: Não serão aceitos como serviços similares ou de complexidade inferior a elaboração de projetos de restauração asfáltica ou pavimentação de loteamentos urbanos.

05.16.03- Declaração fornecida pela empresa participante de que o(s) profissional(is) (indicar dados pessoais), detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica, será(ão), obrigatoriamente, o(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços, caso esta empresa seja a vencedora desta licitação (modelo de documento no **ANEXO III**).

05.16.04- Comprovação da capacitação técnico-operacional do licitante, demonstrando a execução, a qualquer tempo, de serviços compatíveis com os do objeto desta licitação, de complexidade equivalente ou superior, através do somatório de certidões e/ou atestados, provenientes de contrato(s) em nome do próprio licitante (empresa) como contratada principal ou como subcontratada, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, obedecendo as parcelas de maior relevância. Os serviços deverão estar explicitados conforme constante no quadro de quantidades mínimas, descritas no **ANEXO I** (modelo de documento no **ANEXO III**).

05.16.04.01- Nos atestados de obras/serviços/projetos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos constantes do **ANEXO I**, os serviços executados pela licitante que estejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio;

05.16.04.01.01- Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.

05.16.04.01.02- Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.

05.16.04.02- Quando a certidão e/ou atestado não for emitido pelo contratante principal dos serviços de engenharia (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação, pelo menos um dos seguintes documentos:

- a) declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- b) autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado.
- c) contrato firmado entre contratado principal e Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU.

05.16.04.03- A não apresentação de documentação comprobatória prevista no subitem anterior não importará na inabilitação sumária da licitante, mas a sujeitará à diligência documental pela Comissão. Caso não sejam confirmadas as informações contidas nos atestados fornecidos por empresas privadas, a licitante será considerada inabilitada para o certame.

05.17- DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

05.17.01- Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da Justiça do domicílio da sede da empresa, com data não anterior a 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas.

05.17.01.01- A empresa em recuperação judicial deve anexar documentação suficiente que seja capaz de demonstrar que tem condições de suportar os custos da execução do contrato.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

05.17.02- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido conforme especificado no **ANEXO I**. Será admitida atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais, de acordo com os §§2º e 3º, art. 31, da Lei nº 8.666/93.

05.17.03- Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

05.17.03.01- Os documentos solicitados no item **05.17.03** devem ser retirados do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Para as empresas que não são obrigadas a apresentaras demonstrações contábeis pelo SPED, deve ser anexada à documentação econômico-financeira da licitante documento que comprove tal situação.

05.18- DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

05.18.01- Carta da empresa licitante, assinada por Diretor(es), ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida em cartório), comprovando a delegação de poderes para fazê-lo em nome da empresa, claramente afirmando:

05.18.01.01- Estar ciente das condições da Licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE;

05.18.01.02- Que executará a(s) serviço(s) de acordo com os projetos, caderno de procedimentos e as especificações fornecidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE que alocará todos os equipamentos, pessoal técnico especializado e materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle adequado da qualidade, prevenir e mitigar o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e moradores vizinhos.

05.18.01.03- Que se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários e relacionados no projeto, e que os mesmos se encontram em condições adequadas de utilização;

05.18.01.04- Que se compromete a estar instalado e pronto para iniciar imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço.

05.18.01.05- Que executará a(s) serviço (s) de acordo com o(s) prazo(s) estabelecido(s) na Carta Convite.

05.18.02- Declaração firmada pelos licitantes relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no **ANEXO III**.

05.18.03- Declaração firmada pelo licitante, assinada por representante legal, se desejar usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, conforme modelo apresentado no **ANEXO III**.

05.19- As empresas que optarem pela classificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, devidamente atualizada, comprovando a categoria registrada.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

05.19.01- As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida pela Carta Convite, em consonância com os arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

05.19.02- Nas certidões que não estiverem especificados os prazos de validade serão aceitas com 30(trinta) dias a partir da sua data de expedição.

05.20- Homologada a licitação, o adjudicatário será **convocado** para assinar o contrato no prazo definido no item **13.01** desta Carta-Convite;

05.21- Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no § 2º, art. 64, Lei nº 8.666/93

VI – DO ELEMENTO DE DESPESA E DOS RECURSOS FINANCEIROS

06.01- Os recursos financeiros necessários à execução dos serviços estão indicados nas Informações Complementares do **ANEXO I**.

VII - DA GARANTIA CONTRATUAL

07.01- Não será exigida garantia contratual.

VIII - DA EXECUÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇOS

08.01- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

08.01.01- Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, através da sua **Diretoria de Obras**, a emissão da Ordem de Serviços bem como o gerenciamento, a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos objeto desta Carta-Convite e, ainda, fornecer à contratada, os dados e os elementos técnicos necessários à realização dos serviços licitados;

08.01.02- A contratada se obriga a executar os projetos de acordo com as normas técnicas contidas nos cadernos de projetos de pavimentação da GOIFRA/DNIT, e eventuais modificações propostas e aprovadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE durante a execução dos serviços;

08.01.03- Poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, a seu critério, exigir a retificação de qualquer parte do projeto, sem qualquer ônus para a mesma, caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei nº 8.666/93;

08.01.04- Nenhuma alteração ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, poderá ser feita pela CONTRATADA, podendo, entretanto, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE determinar as modificações tecnicamente recomendáveis, desde que justificadas, nos termos da Lei nº 8.666/93;

08.02- DA GESTÃO DO CONTRATO:

08.02.01- A Gestão de todo o procedimento de contratação, inclusive o acompanhamento ou execução administrativa do contrato, será feita por servidor especialmente designado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, para tal finalidade, observadas as disposições da lei 8666/93.

08.03- DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

08.03.01- A fiscalização de todas as fases da execução dos serviços será feita de acordo com o art. 67 da Lei nº 8.666/93;

08.03.01.01- Nada impede que o Fiscal da execução dos serviços da contratação acumule as atribuições inerentes à função de Gestor do Contrato prevista no item **08.02**, devendo-se, para tanto, constar expressamente tal acumulação na nomeação indicada pela Diretoria responsável;

IX - DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

09.01- Os quantitativos constantes do orçamento são estimados, sendo que, por motivo técnico devidamente justificado, poderão ser acrescidos ou suprimidos itens/serviços do objeto contratual, respeitando-se os limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93;

09.02- Se necessário à melhoria técnica do projeto, para melhor adequação aos objetivos da Administração e desde que mantido intangível o objeto, em natureza e em dimensão, poderá ocorrer a execução de serviços imprevistos no orçamento, com variações para mais ou para menos, observados os limites do art. 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93;

09.03- A execução de serviços imprevistos, ou seja, a alteração qualitativa, que respeitará o limite de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, será medida e paga da seguinte maneira:

09.03.01- Serviços constantes do orçamento estimativo: pelo preço unitário da proposta da CONTRATADA;

09.03.02- Serviços não constantes do orçamento, mas que estejam presentes no universo de serviços discriminados pela Tabela de Preços da CONTRATANTE vigente na época da elaboração do orçamento, pelos valores nela encontrados, obedecendo-se, em todo caso, a proporção do deságio apurado entre a proposta de preços vencedora do certame e a tabela de preços da CONTRATANTE.

09.03.03- Serviços não constantes do orçamento e que não estejam presentes no universo de serviços discriminados pela Tabela de Preços supramencionada, mediante a composição de preços unitários, em nível de mercado, que deverá ser elaborada pelo Departamento de Fiscalização da CONTRATANTE.

09.04- O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

09.04.01- unilateralmente pela Administração:

09.04.01.01- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para Melhor adequação técnica aos seus objetivos;

09.04.01.02- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites legalmente permitidos;

09.04.02- por acordo das partes:

09.04.02.01- quando conveniente a substituição da garantia de execução;

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

09.04.02.02- quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

09.04.02.03- quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente execução dos serviços;

09.04.02.04- para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, observado o disposto na lei 8666/93.

09.05- Para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº8.666/93, as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

X - DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO

10.01- O prazo de execução concedido para conclusão e entrega dos serviços será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviços; com observância ao Cronograma Físico-Financeiro, do **ANEXO V**.

10.02- Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93, devendo a solicitação se dar previamente ao término do prazo previsto no item anterior, com justificativa por escrito e prévia da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE.

10.03 - O prazo de vigência do contrato será de 31 de dezembro 2022, contados a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogado, salvo se ocorrer qualquer um dos motivos do art. 57, § 1º da Lei 8.666/93, que implique a prorrogação do prazo de execução e, consequentemente, exija a prorrogação da vigência contratual, com prévia justificativa e autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE.

XI - DO PAGAMENTO

11.01- A PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE pagará à CONTRATADA, por meio de depósito em conta corrente bancária, observada a ordem cronológica de apresentação das faturas aptas ao pagamento, o valor dos serviços executados, baseado em medições mensais, sendo que as faturas/notas fiscais deverão ser apresentadas com os documentos abaixo relacionados:

11.01.01 - Relatório de Medição emitido pela Fiscalização da CONTRATANTE;

11.01.02 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

11.01.03 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e Receita Federal), estadual e Municipal do domicílio da CONTRATADA;

11.01.03.01 - As empresas sediadas fora do Território Goiano deverão apresentar, juntamente com a certidão de regularidade do seu Estado de origem, a certidão de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás.

11.01.04- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.01.05 - Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (referente ao ISS) do(s) município(s) onde os serviços venham a ser prestados ou executados.

11.01.06 – Cópia do GFIP – Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, referente ao período da medição;

11.01.07.01 – A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários (DCTFWeb) substitui a GFIP como instrumento de confissão de dívida e de constituição do crédito previdenciário;

11.01.08 – Cópia da GPS – Guia da Previdência Social com o número do CEI dos serviços, devidamente recolhida e respectiva folha de pagamento, referentes ao período da medição;

11.01.08.01 – A GPS pode ser substituída pelo DARF quitado, em consonância com a DCTFWeb.

11.01.08.02 – No caso de a DCTFWeb resultar em saldo devedor "zero" no período da medição, não há apresentação de DARF.

11.01.09 - Guia de recolhimento do ISS quitada relativa à fatura, devidamente homologada pela Secretaria de Finanças do(s) município(s) onde se realizará os serviços.

11.01.09.01 - A guia de que trata este item deverá identificar o número da nota fiscal a que o recolhimento se refere.

11.01.09.02 – Os municípios onde os serviços são executados deverão ser informados na Nota Fiscal, bem como o percentual do serviço executado em cada um, de acordo com relatório emitido pelo fiscal dos serviços.

11.01.10 – Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) referentes aos serviços contratados.

11.02- Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia após a data de apresentação da fatura, considerando-se esta data como limite de vencimento da obrigação, incorrendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, após a mesma.

11.03- Fica estabelecido que todos os pagamentos a serem realizados pelos órgãos e entidades da administração direta, autárquica, fundacional e fundos especiais do Poder Executivo, aos seus fornecedores e prestadores de serviços em geral, deverão ser efetivados por meio de crédito em conta corrente do favorecido em Instituição Bancária contratada para centralizar a sua movimentação financeira (XXXXXXX).

XII - DO REAJUSTAMENTO

12.01- Durante a vigência do contrato, as parcelas do cronograma físico-financeiro que, no momento de sua efetiva execução, ultrapassarem o período de 01 (um) ano, contado da data base da data de apresentação da proposta, serão reajustadas segundo a variação dos índices dos serviços rodoviários.

12.02- Os preços unitários serão calculados através da seguinte fórmula:

$$M = V (I / I_0)$$

Onde:

M - Valor reajustado das parcelas remanescentes.

V - Valor inicial das parcelas remanescentes.

I - Índice referente ao mês que completa a periodicidade de um ano em relação a data base da data de apresentação da proposta.

I₀ - Índice referente ao mês da data base correspondente a data da apresentação da proposta.

12.03- Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, relativamente à previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa do contratado, o reajustamento obedecerá às condições seguintes:

12.03.01- quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

12.03.01.01- aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

12.03.01.02- diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

12.03.02- quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

12.04 – Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da administração, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuïrem.

XIII - DO CONTRATO, DAS MULTAS E DAS SANÇÕES

13.01- Dentro do prazo de validade da proposta previsto no item **04.07** desta Carta-Convite, o adjudicatário será convocado para, em 05 (cinco) dias, assinar o Termo de Contrato.

13.01.01- A recusa injustificada em assinar o contrato no prazo tratado no subitem anterior, nas mesmas condições de habilitação, resultará na decadência do direito de contratação nos moldes preconizados pelo caput do art. 64, da Lei 8.666/93, sujeitando-se o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas.

13.02- É facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos, convocar os licitantes

remanescentes, na ordem de classificação, cumpridas as exigências habilitatórias, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogara licitação independentemente das cominações previstas na legislação de regência.

13.03- Constituem ilícitos administrativos, além da prática dos atos previstos nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

13.04 - Ao licitante e ao contratado que incorram nas faltas referidas no Item anterior, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666/93.

13.05- Nas hipóteses previstas no Item **13.03**, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10(dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e às expensas daquele que as indicou.

13.05.01 - Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

13.05.02 - Concluída a instrução processual, a comissão designada, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicara penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

13.06 - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, além das sanções referidas no Item **13.04**, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.06.01 – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

13.06.02 – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico dos serviços não cumprido;

13.06.03 – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico dos serviços não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

13.07 - A multa a que se refere o Item **13.06** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Edital e na legislação de regência.

13.08 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

13.09 - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

13.10 - A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

13.10.01 – 6 (seis) meses, nos casos de:

13.10.01.01 - aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o prestador tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

13.10.01.02 - alteração da quantidade ou qualidade dos serviços fornecida;

13.10.02 – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução dos serviços, de suas parcelas;

13.10.03 – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de;

13.10.03.01 – entregar como verdadeira, adulterada, deteriorada ou danificada;

13.10.03.02 - paralisação do serviço, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

13.10.03.03 - praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

13.10.03.04 - sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

13.11- A prática de qualquer das infrações previstas no item **13.10.03** sujeitará o CONTRATADO à declaração de inidoneidade, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

13.12- Todas as penalidades previstas neste Edital e na legislação de regência serão aplicadas por meio de processo administrativo, sem prejuízo das demais sanções civis ou penais estabelecidas em lei.

XIV - DA RESCISÃO

14.01- A rescisão do contrato poderá ser:

14.01.01- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei nº 8.666/93 (observado o disposto no artigo 80 da mesma lei);

14.01.02- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

14.01.03- judicial, nos termos da legislação;

14.02- A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

14.03- Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, em consonância com o art. 79, § 2º da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.03.01- Devolução da garantia;

14.03.02- Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

14.03.03- Pagamento do custo da desmobilização, quando previsto no orçamento sintético.

XV - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.01- O recebimento dos serviços será feito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, ao término dos serviços, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

15.01.01- Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada;

15.01.02- Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69e § 3º do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

XVI - DA SUBCONTRATAÇÃO

16.01 – Será permitido ao contratado, de acordo com o disposto na lei 8666/93, em regime de responsabilidade solidária e sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, realizar subcontratação, desde que observadas, simultaneamente, as seguintes condições:

16.01.01 – O valor total das parcelas subcontratadas não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total dos serviços de engenharia.

16.01.02 – É proibida a subcontratação do conjunto de itens para os quais foi exigido, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes (serviços constantes no ANEXO I).

16.02 – Os serviços listados no orçamento desta Carta-Convite (ANEXO IV) e que não contrariarem o constante nos subitens **16.01.01** e **16.01.02** poderão ser subcontratados.

16.03 – No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas determinadas dos serviços (nos limites estabelecidos nos itens anteriores), ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

16.04 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

16.05 – A CONTRATADA, ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, devidamente formalizada por aditamento, deverá comprovar perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE as condições de habilitação de sua subcontratada necessárias à execução do objeto, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

16.05.01 – No Caso de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins do disposto no Item **16.05**, será exigida tão somente a apresentação de documentação que comprove a regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada.

16.06 – A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

16.07 – A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

16.08 – Aplicam-se à subcontratação, naquilo que couber, as vedações do Item **03.03** do Edital.

XVII - DAS OBRIGAÇÕES

17.01- Além de outras responsabilidades definidas na Minuta Contratual, a contratada obriga-se:

17.01.01- a apresentar na assinatura do contrato documento comprobatório de regularidade relativa às contribuições sociais (INSS e FGTS), na forma da Lei 8.212 de 24.07.91, prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal (Dívida Ativa da União e Receita Federal), estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, além da cópia da proposta e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

17.01.02- a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93;

17.01.03- a regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-GO e/ou CAU; e outros órgãos, o contrato decorrente da presente licitação, conforme determina a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Resolução nº 425 de 18 de dezembro de 1998, do CONFEA;

17.01.05- manter engenheiro, responsável técnico, com a qualificação exigida na licitação, durante toda a execução do contrato.

XVIII - DO SOCIOAMBIENTAL

18.01 - Fica a CONTRATADO ciente que na execução de suas atividades não poderá causar qualquer tipo de poluição, ou dano ambiental, devendo proteger e preservar o meio ambiente, executando seus serviços em estrita observância às normas legais e regulamentares, federais, estaduais ou municipais, aplicáveis ao assunto, incluindo, mas não se limitando à:

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

- (1) Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;
- (2) Lei nº 9.605/1998, a chamada “Lei dos Crimes Ambientais”; e,
- (3) Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim como as demais normas relacionadas ao gerenciamento, ao manuseio e ao descarte adequado dos resíduos sólidos resultantes de suas atividades, privilegiando todas as formas de reuso, reciclagem e de descarte adequado, de acordo com as normas antes mencionadas.

18.02 -A não solicitação em tempo hábil, na forma do disposto na cláusula acima, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas neste CONTRATO, além da responsabilidade pelos eventuais prejuízos, daí decorrentes, causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, como, por exemplo, desmobilização não programada em face da paralisação dos serviços.

18.03 -A CONTRATADA assumirá toda e qualquer responsabilidade, seja de ordem civil, criminal ou administrativa, perante órgãos públicos, pelas atividades exercidas que venham a causar danos ao meio ambiente.

18.04 - Deverá relatar a CONTRATANTE por meio de comunicação oficial toda e qualquer irregularidade ambiental observada, que venha a atrapalhar ou impedir a condução dos trabalhos.

18.05 - A CONTRATADA responsabiliza-se pelos danos causados a terceiros, ao patrimônio da CONTRATANTE e ao meio ambiente por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus colaboradores;

18.06 -A CONTRATADA deve se abster de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, nem utilizar mão-de-obra em condição análoga à de escravo, bem como, fazer constar cláusula específica nesse sentido nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de multa ou rescisão deste Contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

18.07 -A CONTRATADA não poderá promover no recrutamento e na contratação da sua força de trabalho qualquer tipo de discriminação, seja em virtude de raça/etnia, cor, idade, sexo, estado civil, e de posição política, ideológica, filosófica e/ou religiosa, ou por qualquer outro motivo, sob pena de extinção do CONTRATO, independentemente das penalidades que lhe forem aplicáveis.

18.07.01 - A CONTRATADA envidará os maiores esforços para: (I) promover a diversidade humana e cultural, (II) combater a discriminação de qualquer natureza, (III) contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a redução da desigualdade social e (IV) estimular a equidade de gênero e étnico-racial.

18.08 - A CONTRATADA se obriga, sempre que solicitado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, a emitir uma declaração por escrito de que cumpriu ou vem cumprindo as exigências contidas nesta cláusula socioambiental.

18.09 - Quando autorizada a subcontratação de terceiros para o desempenho de atividades relacionadas ao objeto deste Contrato, a CONTRATADA fará constar do contrato com suas subcontratadas redações que contenha, as obrigações constantes desta cláusula socioambiental, bem como cláusulas que obriguem as subcontratadas ao cumprimento da legislação vigente e especificamente das leis trabalhistas e ambientais.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.01- A impugnação perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE dos termos do Edital, quanto a possíveis falhas ou irregularidades que o viciarem, deverá se efetivar conforme previsto no art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

20.02- Os recursos administrativos serão admitidos na forma do artigo 109 da Lei n.º 8.666/93.

20.03- A PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE se reserva o direito de revogar o procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que aos licitantes caiba qualquer direito à indenização ou ressarcimento.

20.04- O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE.

20.05- A contratada responderá civilmente, após o recebimento definitivo dos serviços, pela solidez e segurança dos serviços.

20.05.01- Ocorrendo vícios ou defeitos deverá a PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do conhecimento destes acionar a contratada sob pena de decair dos seus direitos.

20.06- A contratada é responsável por qualquer dano ambiental que por ventura venha ocorrer em decorrência da execução dos serviços, respondendo pelos reparos ambientais e penalidades estipuladas em Lei.

20.07- A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

20.08- A contratada, sempre que possível, deverá contratar os trabalhadores dos serviços de engenharia objeto desta licitação, com o intermédio do SINE, conforme Ofício Circular nº 006/2004-GAB. GOV, de 24 de março de 2006.

20.09- A PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

20.10- A participação na Licitação implica aceitação integral e irretratável dos termos e condições do ato convocatório, com seus anexos e instruções.

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será disponibilizado aos interessados no mural/hall de entrada principal da PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE; e no site licitacaoburitialegre@hotmail.com

Buriti Alegre-GO, 14 de março de 2022.

Mauro Martins de Oliviera Júnior
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

ANEXO I - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Dados do Edital da CARTA-CONVITE nº 001/2022

Modalidade	CARTA-CONVITE
Tipo	Menor Preço - Lote Único
Regime	Preço Unitário
Data da abertura	08:00 horas do dia 25/03/2022
Elemento de Despesas	0245 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte de Recurso: 100 - Recursos Não Vinculados de Impostos
Programa/Ação	03 - PREFEITURA MUNICIPAL 03.13 – Secretaria Municipal Desenvolvimento Rural e Obras 03.13.15 - Urbanismo 03.13.15.451 – Infra - Estrutura Urbana 03.13.15.365.1538 – Serviços Urbanos 03.13.15.365.1538.2.152 – Manutenção Secretaria de Obras

Dados Financeiros

Valor Estimado	R\$ 254.483,20
-----------------------	-----------------------

Dados Técnicos

Prazo de execução dos serviços	Prazo de vigência do contrato
60 dias	ATE 31 DEZEMBRO 2022

Comprovação da Capacidade Técnica - Parcelas de Maior Relevância

Comprovação da capacitação técnico-profissional do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante, através de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), emitidas pelo CREA e/ou CAU da região em que foi realizado o serviço, comprovando a responsabilidade técnica por serviços com características semelhantes ao objeto da licitação, de complexidade equivalente ou superior, sendo consideradas como parcelas de maior relevância e valor significativo, para fins desta licitação, a comprovação de execução dos serviços descritos abaixo (desconsiderar as quantidades mínimas exigidas):

Atestado de Projeto final de Engenharia - 1,7 km

Atestado de Projeto ou execução de Reforço de Geogrelha - 200 m²

*os atestados técnicos apresentados com quantitativos em m² serão convertidos em km, considerando-se a largura média de 9,60 metros.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

ANEXO II – ESTUDOS PRELIMINARES

O local de prestação dos serviços foi definido pelo beneficiário, Prefeitura de Buriti Alegre, de acordo com a seguinte relação

Logradouro	Início	Final	Extensão	Largura	Área
	Localização	Localização	(m)	(m)	(m²)
Fim pavimento GO – 505	18°14'34.17"S	18°15'46.02"S	4.370,00	7,0	30.590,00
Início rampa ancoragem balsa	48°51'25.40"W	48°49'52.74"W			
Ent. GO-505/Lig. Complexo turístico	18°14'16.04"S	18°14'17.96"S	3.150,00	7,0	22.050,00
Entroncamento Iate Club	48°51'23.96"W	48°52'49.92"W			
Entroncamento Iate Clube	18°14'17.96"S	18°15'32.99"S	3.410,00	7,0	23.870,00
Início rampa comunitária	48°52'49.92"W	48°52'25.94"W			
Entroncamento Iate Clube	18°14'17.96"S	18°15'31.62"S	6.220,00	7,0	43.540,00
Hotel de turismo	48°52'49.92"W	48°54'29.52"W			
		TOTAL	17.150,00	7,0	120.050,00

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

ANEXO III - MODELO DE DOCUMENTOS

- 01 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E HABILITAÇÃO
- 02 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE MÍDIA DIGITAL (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL)
- 03 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
- 04 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA CF
- 05 -MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº123/06
- 06 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

01 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CARTA CONVITE ° 001/2022
PROCESSO Nº 04441/2021

Buriti Alegre, de de

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE - GO

REF.: Carta Convite nº 001/2022

Prezados Senhores:

Utilizamos-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

.....
.....

Na oportunidade, credenciamos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, a pessoa do Sr.(a), (CREA e/ou CAU nº XXX , Órgão Expedidor, Endereço, CEP, DDD/Fone, DDD/Fax, e-mail), ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal
.....
Empresa

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

02 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENTREGA DOS (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL)

CARTA CONVITE ° 001/2022
PROCESSO N° 04441/2021

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF N°..... DECLARA, para fins do disposto no item **03.05.02 e 03.05.02.01** do Edital, que os arquivos digitalizados dos Documentos de Habilitação e da Proposta Comercial conferem com os respectivos impressos e originais.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....
Empresa



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

03 -MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

CARTA CONVITE ° 001/2022
PROCESSO N° 04441/2021

Em atendimento ao item **05.16.03** do Edital, declaramos que o profissional, CREA e/ou CAU n°, detentor do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica exigido(s) pelo item **05.16.02** do Edital, segundo o(s) qual(ais) nos propusemos habilitar na CARTA-CONVITE n° 001/ 2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE, será(ão) o(s) Responsável(is) Técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de engenharia, caso esta empresa logre vencer a presente licitação.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

04 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII, DO ART 7º DA CF

CARTA CONVITE ° 001/2022
PROCESSO Nº 04441/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, declara para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos, para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme Lei nº 9.854/99).

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

05 - MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

CARTA CONVITE ° 001/2022
PROCESSO Nº 04441/2021

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante (NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ Nº _____, com sede _____, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins de participação no REGISTRO DE PREÇO, na modalidade Carta Convite ° 001/2022, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

A) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar n. 147/2014.

B) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Local e data.

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

Assinatura do Responsável Legal

.....
Empresa

06 - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

CARTA CONVITE ° 001/2022
PROCESSO Nº 04441/2021

REF.: Carta de Apresentação da Proposta Comercial referente à CARTA-CONVITE nº 001/2022-
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

Prezados Senhores,

Sobre o assunto tratado em referência, vimos apresentar a nossa Proposta Comercial para execução dos serviços motivo do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

- 1- O nosso preço global para execução dos serviços é R\$(.....).
- 2- O BDI aplicado sobre os preços unitários é de % () conforme detalhado na proposta comercial.
- 3- O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de abertura do presente certame.

Em anexo apresentamos a nossa Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

.....

Empresa



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

ANEXO IV - ORÇAMENTO SINTÉTICO

Data Orçamento: 22/02/2022

Descrição: PROJETO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO URBANA COM DRENAGEM
 SUPERFICIAL – BURITI ALEGRE

Versão: ORÇAMENTO REALIZADO NA TABELA T-160- GOINFRA – JANEIRO 2022

Natureza Serviço: PROJETO EXECUTIVO

Extensão: 17,15 km

BDI: 28,28%

ITEM	TABELA	CÓD	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO PARCIAL
1.0	GOINFRA	45700	SERVIÇOS AUXILIARES DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA - PEE					
1.1	GOINFRA	45701	SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO PARA PEE	KM	17,15	R\$ 7.518,82	R\$ 9.645,14	R\$ 165.414,15
1.2	GOINFRA	45702	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS EM REGIÃO ONDULADA PARA PEE	KM	17,15	R\$ 1.966,46	R\$ 2.522,57	R\$ 43.262,07
1.3	GOINFRA	45703	SERVIÇOS GEOTÉCNICOS EM REGIÃO ONDULADA PARA PEE	KM	17,15	R\$ 2.082,13	R\$ 2.670,96	R\$ 45.806,96
			TOTAL					254.483,18

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

ANEXO V – Cronograma Físico-Financeiro

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO		QUANTIDADE KM	VALOR TOTAL R\$	30 DIAS		60 DIAS	
	%	R\$			%	VALOR R\$	%	VALOR R\$
SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS	17,00%	R\$2.522,57	17,15	R\$43.262,07	50,00%	21.631,04	50,00%	21.634,03
SERVIÇOS GEOTÉCNICOS	18,00%	R\$2.670,96	17,15	R\$45.806,96	50,00%	22.903,48	50,00%	22.903,48
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO	65,00%	R\$9.645,14	17,15	R\$165.414,15	50,00%	82.707,08	50,00%	82.707,07
TOTAL MENSAL					R\$ 127.241,59		R\$ 127.244,59	
PERCENTUAL MENSAL					50,00%		50,00%	
TOTAL ACUMULADO					R\$ 127.241,59		R\$ 254.486,18	
PERCENTUAL ACUMULADO					50,00%		100,00%	

B D I

PREÇO UNIT. SEM BDI			
Descrição	Taxa		% no Preço de Custo
COFINS*	7,60%	a.m.	7,60%
PIS*	1,65%	a.m.	1,65%
ISSQN**	5,00%	a.m.	5,00%
TRIBUTOS (TOTAL)			14,25%
Lucratividade	10,00%	a.m.	16,62%
BDI – Final			28,28%

Notas:

* Alíquotas definidas por lei.

** ISSQN de Goiânia, onde a base de cálculo é de 100,00% em Serviços e Alíquota de 5,00%.

*** Os Custos Administrativos e o Overhead serão de 30,0% para recursos humanos de caráter incidentes sobre a mão de obra sem encargos e sem BDI. permanente e de 15% para os de caráter eventual. Ambos

O cálculo final da composição do BDI não é aritmético. A fórmula de cálculo é a seguinte:

$100\% (\text{valor final dos serviços}) - 14,25\% (\text{impostos}) = 85,75\%$

$100\% / 85,75\% = 1,1662 (\text{valor final dos impostos sobre o custo})$

Incidindo 10% de lucratividade teremos $1,1662 \times 1,10 = 1,2828$

BDI = 28,28%

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

Anexo VI
Termo de Referencia

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA DE
PAVIMENTAÇÃO URBANA**

INFORMAÇÕES GERAIS:

OBJETO: Projeto para Obras de Infraestrutura de Pavimentação com Drenagem Pluvial Superficial de Vias Urbanas em diversos logradouros situados na área de influência do Lago das Brisas, Município de Buriti Alegre.

LOGRADOUROS: Distrito de Corumbazul, Loteamento Iate Club e confluência do Hotel de Turismo.

EXTENSÃO TOTAL: 17,15 km (total)

PRAZO ESTIMADO: 60 (sessenta) dias

1 – OBJETIVO

O Termo de Referência apresentado, tem como finalidade definir os objetivos e diretrizes a serem consideradas no Projeto de Pavimentação Urbana com Drenagem Superficial em ruas e ligações na área de influência do complexo de turismo do Lago das Brisas, município de Buriti Alegre – GO.

2 – OBJETO

Deverá fazer parte desta contratação, a ser entregue conforme o cronograma que integra o presente Termo de Referência:

- Estudos de Tráfego
- Estudos Topográficos
- Estudos Geotécnicos
- Projeto Geométrico e de Terraplenagem
- Projeto de Drenagem
- Projeto de Pavimentação
- Projeto de Sinalização
- Projeto de Obras de Arte
- Projeto de Infraestrutura Viária com Reforço de Geogrelha (rampa de ancoragem)
- Memoriais Descritivos das Obras
- Especificação Técnica dos Materiais
- Memoriais de Cálculo dos Quantitativos
- Orçamento Executivo
- Cronograma Físico de Execução da Obra

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

3 – JUSTIFICATIVAS

3.1 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

As obras de infraestrutura de pavimentação de vias urbanas com execução de drenagem pluvial superficial, visam proporcionar níveis satisfatórios de segurança, velocidade e economia no transporte de pessoas nas ruas públicas e ligações, maior conforto à população lindeira ao empreendimento, melhorar condições de limpeza e contribuir para a saúde pública.

As obras decorrentes dos projetos contratados deverão atender aos critérios de resistência, conforto, segurança e vida útil das rodovias, conforme os princípios da economicidade e eficiência dos serviços públicos.

3.1 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO EM LOTE ÚNICO

A não divisão em lotes é justificada porque o fracionamento da licitação acarretará em maior gasto ao Município. Trata-se de um projeto único, de pequeno porte, contínuo e a divisão do mesmo em lotes poderia implicar em custos desnecessários como aumento na locação de equipamentos para levantamentos de campo, aumento no quantitativo de mão de obra, pagamento de administração, mobilização e desmobilização para mais de uma empresa no mesmo espaço.

Segundo a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 23, § 1º, “As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.”

No presente caso, entendemos que o fracionamento da licitação em lotes acarretará perda de economia. Neste sentido, citamos o Acórdão 1.946/2006-TCU-Plenário.

“[Voto]5. Como regra geral, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, exige-se o parcelamento do objeto licitado sempre que isso se mostre técnica e economicamente viável. A respeito da matéria, esta Corte de Contas já editou a Súmula n. 247/2004, verbis: ‘É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes...’ .6. Depreende-se do dispositivo legal que a divisão do objeto deverá ser implementada sempre que houver viabilidade técnica e econômica para a sua adoção. 7. Desta feita, é mister considerar dois os aspectos básicos acima suscitados, quais sejam, o técnico e o econômico. Sob o primeiro, o parcelamento dependerá da divisibilidade do objeto licitado. No que concerne ao segundo quesito, o fracionamento deve ser balizado pelas vantagens econômicas que proporciona à Administração Pública, com a redução de custos ou despesas, de modo a proporcionar a obtenção de uma contratação mais vantajosa para a Administração. (...)11. Em síntese, o SSCP

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

consiste numa central de operação e supervisão dos diferentes sistemas e subsistemas interligados e interdependentes, o qual permite o acompanhamento e monitoramento das manutenções preventivas e corretivas de modo gerencial, sem solução de continuidade do funcionamento daquele Tribunal. 12. Desse modo, a fragmentação do objeto em vários, ocasionado diversas contratações, poderá comprometer o funcionamento, à guisa concatenada, do serviço que se vislumbra obter, revelando risco de impossibilidade de execução satisfatória do serviço. 13. Ainda sob a perspectiva técnica, impende lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, a qual considero adequada não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. 14. Por outras palavras, em vista das razões técnicas, a execução do serviço de manutenção predial, de forma integralizada, por um só particular se mostra mais satisfatória do que a se fosse efetuada por vários particulares, no presente caso. 15. Mister se faz registrar que as considerações contidas neste Voto, acerca da ponderação do aspecto técnico, devem sempre ser identificadas à luz de cada caso concreto, com base no conhecimento do serviço em questão. (...) 20. É cediço que a regra é o parcelamento do objeto de que trata o § 1º do art. 23 da Lei Geral de Licitações e Contratos, cujo objetivo é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, mas é imprescindível que se estabeleça que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável. Do contrário, existindo a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, não há razão para fragmentar inadequadamente os serviços a serem contratados. 21. Assim, não verificada a coexistência das premissas lançadas neste Voto, viabilidade técnica da divisão e benefícios econômicos que dela decorram, reputo que o melhor encaminhamento a ser dado à questão é no sentido de que o objeto, nos moldes descritos no Edital, possa ser licitado de forma global. 22. Registro que não se está defendendo aqui que se trata de um objeto complexo e indivisível, mas de objeto cujo os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento.”

3.3 – JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Inicialmente, é preciso salientar que o impedimento de participação de consórcios de empresas não pode levar à invalidação do edital, quando a própria lei confere poder de decisão discricionária à Administração, sem que haja restrição ao caráter competitivo do certame.

A admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório é confiada pela lei ao talante do administrador, pois, utilizando-se da expressão “quando o edital permitir”, conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou não tal condição no instrumento convocatório. Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

Corroborando esta tese, o prof. MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13 ed. 2009, pág. 47 e 477, leciona que:

“Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.

Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto torna problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispõem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto de consórcio é a via adequada para propiciar a ampliação do universo de participantes.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação em empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.”

Ainda, leciona o citado mestre, quanto à questão da discricionariedade:

“O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública.”

A respeito da participação de consórcios, a jurisprudência do TCU tem assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação. Senão vejamos:

“Ademais, a participação de consórcios em torneio licitatório não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão nº 2.813/2004 – 1ª Câmara (...) O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, a nosso ver, a formação de consórcio pode tanto se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores ou, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo BACEN, vemos que é a prática comum a não

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

aceitação de consórcios.” (Acórdão nº 1.946/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcos Bemquerer).

“A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei nº 8.666/93, requerendo-se, porém, que a sua opção seja sempre justificada.” (Acórdão nº 566/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcus Vinícius Vilaça).

Assim, considerando que no universo de empresas goianas e nacionais existiam e existem diversas empresas com a capacidade para executar os serviços objeto deste Termo de Referência, **a Administração da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre decidiu por não permitir a participação de consórcio.** Fato esse que por si só, não é restritivo de competitividade.

4 – DO VALOR ESTIMADO

O valor global e geral estimado para a presente contratação é de **R\$ R\$ 254.483,20** (Duzentos cinquenta quatro mil e quatrocentos oitenta três reais), conforme orçamento estimativo.

5 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local de prestação dos serviços foi definido pelo beneficiário, Prefeitura de Buriti Alegre, de acordo com a seguinte relação

Logradouro	Início	Final	Extensão (m)	Largura (m)	Área (m²)
	Localização	Localização			
Fim pavimento GO – 505	18°14'34.17"S	18°15'46.02"S	4.370,00	7,0	30.590,00
Início rampa ancoragem balsa	48°51'25.40"W	48°49'52.74"W			
Ent. GO-505/Lig. Complexo turístico	18°14'16.04"S	18°14'17.96"S	3.150,00	7,0	22.050,00
	48°51'23.96"W	48°52'49.92"W			
Entroncamento Iate Club	18°14'17.96"S	18°15'32.99"S	3.410,00	7,0	23.870,00
Entroncamento Iate Clube					
Início rampa comunitária	48°52'49.92"W	48°52'25.94"W	6.220,00	7,0	43.540,00
Entroncamento Iate Clube	18°14'17.96"S	18°15'31.62"S			
Hotel de turismo	48°52'49.92"W	48°54'29.52"W			
		TOTAL	17.150,00	7,0	120.050,00

6 – PRAZO E CRONOGRAMA FÍSICO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O prazo para elaboração dos serviços objeto deste Termo de Referência é de **60 (sessenta) dias corridos.**

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

O Cronograma para execução do serviço é apresentado no documento, e foi estabelecido, conforme critérios e distribuições contidos em Relatório.

7 – SISTEMÁTICA DE EXECUÇÃO

A elaboração do projeto se iniciará com a emissão da Ordem de Serviço, não sendo admitida qualquer paralisação, exceto por ordem escrita e justificada da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre.

Os projetos deverão ser elaborados em sua totalidade, sem fracionamento, e com estrita observância ao prazo e com as normas técnicas vigentes e ainda atendendo a Resolução Normativa nº 006/2017, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Tabela I.3. Pavimentação Urbana, que estabelece os parâmetros mínimos para elaboração de projetos de obras públicas.

7.1 – Normas Vigentes

Os serviços técnicos contratados por este Termo de Referência deverão ser executados em estrita consonância com as Normas Técnicas vigentes para cada especialidade ou etapa do projeto, devendo ser adotada as normas pertinentes ao serviço.

No sítio da GOINFRA (www.goinfra.go.gov.br/Projetos/178) podem ser consultadas as seguintes Instruções de Projetos de Pavimentação Urbana:

- IP-01 – Levantamento Aerofotogramétrico para Projetos Rodoviários
- IP-02 – Estudos Topográficos
- IP-03 – Estudos Hidrológicos
- IP-04 – Estudos Geológicos
- IP-05 – Estudos de Tráfego
- IP-06 – Levantamento Visual Contínuo (LVC)
- IP-07 – Estudos Geotécnicos
- IP-08 – Projeto Geométrico
- IP-09 – Projeto de Terraplenagem
- IP-10 – Projeto de Pavimentação
- IP-11 – Projeto de Reabilitação Funcional de Pavimentos Flexíveis
- IP-12 – Projeto de Restauração Estrutural de Pavimentos Flexíveis e Semi-rígidos
- IP-13 – Projeto de Drenagem
- IP-14 – Projeto de Obras de Arte Especiais
- IP-15 – Projeto de Sinalização
- IP-16 – Projeto de Desapropriação
- IP-18 – Projeto de Paisagismo
- IP-19 – Projeto de Iluminação Rodoviária

Para verificação do conteúdo mínimo que deve conter em um Projeto Executivo de Obras Urbanas deverá ser aplicada a seguinte Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO):

- Resolução Normativa nº 006/2017

Para efeitos de recebimento dos estudos e projetos contratados será adotado os procedimentos e modelos constantes na seguinte Norma, para os itens que se aplicam a este Termo de Referência:

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

- DNIT – Guia de Análise de Projetos Rodoviários (janeiro/2018)

7.2 – Escopo do Trabalho

Os estudos se focalizarão:

- Nos estudos para desenvolvimento dos projetos geométrico e de terraplenagem, pavimentação, drenagem superficial, de sinalização urbana e demais projetos aplicáveis aos logradouros a serem pavimentados.

Os trabalhos deverão ser desenvolvidos em duas fases, a saber:

FASE 1 – Estudos e Serviços Preliminares

Nesta fase deverão ser realizadas as atividades, aplicáveis aos projetos de restauração e/ou pavimentação:

- Levantamento cadastral da área de pavimentação para fins de verificação (desapropriação, remoção de postes e obstáculos, tubulações e cabeamentos);
- Análise de tráfego, classificação das vias, previsão do número “N” e dimensionamento do pavimento;
- Estudos topográficos;
- Estudos geotécnicos;
- Estudos geométricos e de terraplenagem;
- Cadastros das áreas a serem desapropriadas, se aplicável;

Ao final desta etapa deverá ser apresentado **Relatório de Serviços Preliminares**, contendo os seguintes documentos:

- Relatório do Projeto Básico e Memória Justificada do Projeto Básico

O seu desenvolvimento deve incluir os requisitos legais da Lei nº 8666/93 e Lei Estadual nº 17928/12. Deve conter também os itens da Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditorias de Obras Públicas – IBRAOP – OT 001/2016.

FASE 2 – Projeto Executivo

Nesta fase deverão ser realizadas as atividades:

- Projeto Geométrico e de Terraplenagem;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Drenagem Superficial;
- Projeto de Sinalização Urbana;
- Projeto de Desapropriação, se aplicável;
- Orçamento da Obra, incluindo memória de cálculo, relação de serviços a executar, custos dos serviços, composição de serviços das soluções adotadas, cronograma físico-financeiro, croqui das distâncias de transporte.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

Ao final desta etapa deverá ser apresentado Relatório do Projeto Executivo – Minuta constando também, Memória Justificativa, Projeto de Execução, Orçamento da Obra e Cronograma Físico-Financeiro.

Após análise, correção e aprovação da Fiscalização, deverá ser apresentado um Projeto Final de Engenharia definitivo, constando todos os projetos e estudos, em meio físico e em meio digital. Os arquivos digitais deverão ser apresentados em duas versões, editável e não editável, devidamente assinados pelos responsáveis técnicos, acompanhados da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s).

Os modelos de apresentação dos documentos estão descritos nas **Instruções de Projeto – GOINFRA** e do **DNIT**

7.3 – Dos Serviços

Os serviços serão desenvolvidos visando o diagnóstico do trecho, envolvendo a definição da problemática existente no trecho em estudo, quanto às condições do seu pavimento.

Os Projetos incluirão o levantamento, o dimensionamento e suas memórias, especificações, notas de serviços e plano de execução do empreendimento, considerando a questão logística da manutenção do tráfego local concomitante com a execução dos serviços, causando o mínimo transtorno possível ao transporte de bens e pessoas, durante todo o período de desenvolvimento das obras.

Deverão ser realizadas as seguintes etapas:

7.3.1 - Levantamento de Dados:

- Análise de Tráfego
- Estudos Topográficos
- Estudos Geotécnicos

7.3.2 - Projetos:

- Projeto Geométrico e de Terraplenagem
- Projeto de Drenagem
- Projeto de Pavimentação
- Projeto de Obra de Arte Especial;
- Projeto de Sinalização Urbana;
- Orçamento, Especificações e Memoriais Descritivos e de Cálculos;
- Cronograma Físico-Financeiro

7.4 – INSTRUÇÕES DE SERVIÇOS

A Projetista apresentará a sua metodologia de estudos levando em consideração a necessidade de formular um diagnóstico envolvendo a definição da problemática existente e a definição da solução indicada para cada situação.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

As soluções deverão ser aprovadas pela Prefeitura Municipal de Buriti Alegre.

7.4.1 – LEVANTAMENTO DE DADOS

A Projetista deverá levantar os dados relativos a:

- Cadastro, amarrações e estaqueamento;
- Análise e classificação do tráfego;
- Características topográficas;
- Características geotécnicas;
- Disponibilidade e características de materiais para a implementação das obras.

7.4.1.1 – Estudos de Tráfego

Terão, como finalidade básica, caracterizar o tráfego existente e previsto para o segmento a ser pavimentado, fornecendo parâmetros e diretrizes para as soluções a serem adotadas no projeto.

Para tanto, serão desenvolvidos os seguintes serviços:

- Conceituação do tipo de tráfego: Tráfego Muito Leve, Tráfego Leve, Tráfego Médio e Tráfego Pesado;
- Definição da função da via: Local, Coletora, Arterial ou de Trânsito Rápido;
- Definição do Volume Diário de Tráfego para caminhões ou ônibus;
- Definição do Número N característico.

7.4.1.2 – Estudos Topográficos (Instrução Técnica – IT 02/2016-Goinfra - Manual de Pavimentação Urbana)

Terão, como finalidade, estabelecer uma base de referência para a realização dos estudos, projetos e execução da obra. As seguintes tarefas deverão ser executadas, para os projetos de pavimentação:

1) Para as obras com execução de serviços em vias já implantadas e/ou loteamentos novos, que possuam tráfego leve ou médio, que não possuam pontos críticos de aclives ou declives e que não demandem de camadas superiores a 20,0 cm de terraplenagem:

- Levantamento da área a ser implantada a pavimentação asfáltica;
- Levantamento das medidas dos logradouros, com os seus respectivos comprimentos, largura e área;
- Levantamento de dados da seção transversal, para elaboração do modelo tipo;
- Identificação e localização dos logradouros.

2) Para as obras que possuam tráfego mais intenso e/ou pesado, previsão de serviços de terraplenagem com camadas superiores a 20,0 cm, previsão de projeto de GAP, aclives e/ou declives acentuados ou alguma outra atipicidade topográfica:

- Levantamento da área a ser implantada a pavimentação asfáltica;
- Levantamento das medidas dos logradouros, com os seus respectivos comprimentos, largura e área;

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

- Levantamento do perfil longitudinal das ruas contendo as devidas cotas de terreno e cotas de projeto;
- Levantamento das seções transversais dos logradouros;

Todas as metodologias de levantamento e equipamentos deverão ser de acordo com as normas técnicas da GOINFRA.

7.4.1.3 – Estudos Geotécnicos (Instrução Técnica – IT 02/2016-Goinfra - Manual de Pavimentação Urbana)

Para o segmento a ser pavimentado, deve ser realizado o estudo geotécnico de pelo menos dois elementos: O estudo do Subleito das vias a serem pavimentadas e o estudo das jazidas de agregados e de solos granulares.

Sub-leito: deverá ser executado pelo menos 01 (um) furo de sondagem a trado ou abertura de trincheira, conforme for o caso, no ponto mais baixo da planta, com o objetivo de reconhecimento do tipo de solo local e do nível de água no ponto mais crítico. Deverão ser apresentados, no corpo do projeto e/ou em anexo: os resultados de granulometria, limite de liquidez, limite de plasticidade, nível de água e executado um ensaio de CBR com energia Proctor Normal da camada considerada como subleito no Projeto;

Para as jazidas de produção de agregados ou de solos granulares:

- Localização de cada jazida (cascalho, brita e areia), geo referenciada;
- Foto da jazida de cascalho, a ser inserida no Memorial Fotográfico;
- Licença Ambiental para extração da jazida de cascalho ou Declaração da Prefeitura de autorização para utilização da jazida de cascalho;
- Resultado dos ensaios de investigação geotécnica para a jazida de solo granular, incluindo granulometria, limite de liquidez, limite de plasticidade, CBR com energia Proctor Normal, espessura média estimada da jazida e volume estimado de material para extração.
- Para as jazidas de brita e areia, deverá ser apresentada a curva granulométrica de cada material, que será utilizado para os Projetos de Mistura.

7.4.2 – PROJETOS

7.4.2.1 – Projeto Geométrico e de Terraplenagem (Instrução Técnica – IT 02/2016-Goinfra - Manual de Pavimentação Urbana)

O projeto geométrico deverá constar do detalhamento da fase de exploração (estudos topográficos), ou seja, o cálculo de todos os elementos necessários à perfeita definição do projeto em planta, perfil longitudinal e seções transversais, dando totais condições de ser locado na fase de obra.

Deve ser apresentado:

a) Planta de localização da área onde será implantada a pavimentação;

b) Planta Baixa (Mapa Iluminado) com o traçado dos logradouros constantes no projeto, com legenda identificando de forma correta e clara as soluções adotadas e quadro com os respectivos: comprimento, largura e área dos logradouros;

c) Seção transversal tipo. Caso o projeto defina mais de uma solução, todas devem ser apresentadas.

7.4.2.2 – Dimensionamento do Pavimento Flexível (Instrução Técnica – IT 02/2016-Goinfra - Manual de Pavimentação Urbana)

Deverá ser apresentado a memória de cálculo para dimensionamento do pavimento flexível, de acordo com a Instrução Técnica IT – 02/2016-Goinfra - Manual de Pavimentação Urbana, que adota o dimensionamento dos pavimentos flexíveis pelo o método do CBR, também conhecido como método do DNER, constante do Manual de Pavimentação do DNIT.

Deverá ser apresentado os seguintes elementos: seção transversal tipo, espessura e discriminação de cada camada estrutural, detalhamento da imprimação e pintura de ligação; memorial de cálculo e memorial descritivo do projeto incluindo condicionantes, parâmetros e dimensionamento.

Deverá ser apresentado o Projeto de Mistura Asfáltica dos revestimentos especificados (TSD, CAUQ, Micro revestimento).

7.4.2.3 – Projeto de Drenagem Superficial (Instrução de Projeto – IP 13)

Deverá ser elaborada a proposição de soluções, contemplando os seguintes elementos de drenagens: meio fio, com ou sem sarjeta, calha, saída de água ou outros elementos. Deverá ser apresentada, planta com locação dos elementos de drenagem e quadro com quantitativos.

7.4.2.4 – Projeto de Sinalização Urbana (Instrução de Projeto – IP 15 e Instrução Técnica 01/2016 – Manual de Sinalização Vertical Urbana)

O projeto de sinalização vertical deverá contemplar as placas de advertência, placas de regulamentação, placas de indicação conforme estabelece a Instrução Técnica 01/2016 – Manual de Sinalização Vertical Urbana.

O projeto de sinalização horizontal deverá contemplar as faixas divisórias, faixas de retenção (pare) e faixas de pedestres.

Deverá ser apresentada planta com locação dos elementos de sinalização, detalhes de dimensionamentos e quadro resumo com quantitativos.

7.4.2.5 – Indicação do Canteiro de Obras e Instalações

Deverá ser indicado no Projeto Geométrico ou em Croqui Esquemático, a melhor localização para serem instalados o Canteiro de Obras e as Instalações, como usina de asfalto, usina de solos, depósito de materiais betuminosos e de agregados, quando aplicável. Essa definição deverá ser justificada e levar em consideração as condições de acesso, a existência de áreas propícias, a existência de fornecedores de insumos, infraestrutura e as distâncias de transporte vinculadas à localização do Canteiro de Obras e Instalações.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

Caso haja dois ou mais locais propícios à instalação do Canteiro de Obras e Instalações, a definição final deverá ser justificada e baseada em estudo financeiro, variando-se as distâncias de transporte, a fim de garantir a indicação da localização mais vantajosa para o empreendimento.

7.4.2.6 – Orçamento, Quantitativos e Especificações Técnicas

Com base no projeto elaborado, deverão ser apresentados os seguintes itens:

- Listagem definitiva dos serviços a serem executados
- Listagem definitiva dos materiais e respectivas distâncias de transportes
- Definição dos custos unitários dos serviços
- Composição de Preços Unitários dos serviços não tabelados
- Memoriais de Cálculo dos Quantitativos
- Planilhas de quantitativos
- Orçamento Executivo, para a execução completa da obra.

Deverão ser definidas as Especificações Particulares e Complementares, bem como as Especificações Gerais de Obras Rodoviárias.

O Orçamento Executivo deverá ser integralmente elaborado pela projetista e será apresentado à Prefeitura Municipal de Buriti Alegre. Deverá estar explicitamente discriminado na ART o serviço de Elaboração do Orçamento do trecho projetado.

O Orçamento deverá ser elaborado com base na Tabela e Composição de Custo do SINAP. Caso tenha serviços que não estejam contemplados na tabela de referência, deverá ser apresentada a Composição de Preços Unitários e/ou coletas de mercado.

O Plano de Execução deverá ser elaborado levando em consideração aspectos como clima e pluviometria, apoio logístico, prazo para execução da obra, equipamentos mínimos e plano de ataque aos serviços, sem esquecer a questão logística da manutenção do tráfego local concomitante com a execução dos serviços, causando o mínimo transtorno possível ao transporte de bens e pessoas, durante todo o período de desenvolvimento das obras.

Após a definição e aprovação do prazo de execução da obra, deverá ser elaborado o Plano de Ataque que contemplará a sequência dos serviços a serem executados, a relação de pessoal e equipamentos mínimos compatíveis com os serviços projetados.

A análise e a aprovação final do Orçamento Executivo da Obra serão totalmente realizadas pela Prefeitura Municipal de Buriti Alegre.

7.4.2.7 – Cronograma Físico-Financeiro

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

Deverá ser elaborado o Cronograma Físico-Financeiro para a execução da obra, com o prazo de execução global e parcial de cada serviço, coerente com a complexidade da obra e do serviço.

A estrutura do cronograma deverá contar com o maior nível de detalhamento possível, de modo a facilitar o controle e o acompanhamento da execução da obra e de cada serviço.

7.5 – RELATÓRIO FINAL

O Relatório Final será o documento que junta e compatibiliza todos os estudos e projetos elaborados.

Deverá ser apresentado, de acordo com estabelecido no Manual de Pavimentação Urbana constando:

- Memorial Descritivo da Obra
- Memorial Fotográfico
- Especificações Técnicas
- Projeto de Pavimentação
- Estudo Geotécnico
- Estudo Topográfico
- Classificação das Vias e Determinação do Número “N”
- Projeto Geométrico e de Terraplenagem
- Dimensionamento do Pavimento Flexível
- Projetos de Drenagem
- Projetos de Sinalização
- Orçamento
- Cronograma Físico – Financeiro.

Deverá ser apresentado em meio físico e em meio digital. Os arquivos digitais deverão ser apresentados em duas versões, devidamente assinados pelos responsáveis técnicos:

- Em arquivo não editável, de preferência, .pdf;
- Em arquivo editável, de acordo com cada tipo (.doc, .xls, .dwg, etc)

8 – SISTEMÁTICA DE APROVAÇÃO DO PROJETO

Acompanhado da entrega da Minuta de Projeto Executivo, o projetista deve apresentar, devidamente preenchido e assinado, os “*checklists*” de elaboração de estudos e projetos realizados, observando os subitens aplicáveis ao projeto, para serem conferidos e analisados pelo Fiscal do Projeto, visando aprovação ou correção da Minuta.

Os “*checklists*” devem ser apresentados de acordo com a **Instrução Técnica 02 /2016 - Manual de Pavimentação Urbana Projeto do DNIT (2018)**, página 50.

Esses “*checklists*” podem ser solicitados pelo Fiscal do Projeto a qualquer momento em todo o curso de elaboração do projeto, inclusive como apoio ao acompanhamento do projeto, mas será documento obrigatório para a aprovação do projeto e para a medição final do contrato.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

A aprovação do Projeto Executivo Final será oficializada pela emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DO PROJETO** assinado pelo Fiscal do Projeto.

O recebimento e aprovação do projeto pelo ente público, em nada restringe, anula ou substitui a responsabilidade técnica dos projetistas, permanecendo válida durante toda a fase de execução da obra e também durante o período de garantia contratual da mesma, devendo se manifestar sempre que solicitada, de acordo com o Artigo 18 da Lei nº 5194/1966.

Deverá constar no Termo de Recebimento do Projeto a seguinte declaração à empresa projetista:

"A empresa contratada e os profissionais responsáveis técnicos poderão ser responsabilizados, nos termos da Lei, quando da execução da obra quanto a vícios, erros ou omissões decorrentes de projeto devido a:

- Qualidade e fidedignidade dos estudos preliminares apresentados;*
- Viabilidade e economicidade das soluções técnicas especificadas;*
- Precisão dos quantitativos levantados;*
- Eventuais erros ou omissões que levem ao encarecimento das obras decorrentes de desequilíbrios contratuais."*

9 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os projetos objeto deste Termo de Referência serão pagos conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado e após cumprimento de cada etapa em sua totalidade, mediante a entrega de relatórios comprobatórios da execução de cada etapa e subprodutos, atestados pelo Engenheiro Fiscal do Projeto.

De acordo com os critérios estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, e para efeito de comprovação, de realização dos estudos e projetos contratados, para cada etapa deverão ser apresentados os seguintes produtos, de acordo com a extensão executada:

9.1. – Estudo Topográfico

Apresentação de relatório elaborado de acordo com a **(Instrução Técnica – IT 02/2016-Goinfra - Manual de Pavimentação Urbana)**, constando:

- Levantamento da área a ser implantada a pavimentação asfáltica;
- Levantamento das medidas dos logradouros, com os seus respectivos comprimentos, largura e área;
- Levantamento de dados da seção transversal, para elaboração do modelo tipo;
- Identificação e localização dos logradouros.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

- Memória Fotográfica da realização dos serviços.

9.2 – Estudo Geotécnico

Apresentação de relatório elaborado de acordo com a **(Instrução Técnica – IT 02/2016-Goinfra - Manual de Pavimentação Urbana)**, constando:

- Resultado do ensaio de estudo do sub-leito constando: granulometria, limite de liquidez, limite de plasticidade, nível de água e ensaio de CBR com energia Proctor Normal da camada considerada como subleito no Projeto;
- Resultado do estudo das jazidas constando: localização de cada jazida (cascalho, brita e areia), geo referenciada; Foto da jazida de cascalho;
- Resultado dos ensaios de investigação geotécnica para a jazida de solo granular, incluindo granulometria, limite de liquidez, limite de plasticidade, CBR com energia Proctor Normal, espessura média estimada da jazida e volume estimado de material para extração.
- Para as jazidas de brita e areia, deverá ser apresentada a curva granulométrica de cada material, que será utilizado para os Projetos de Mistura.

9.3 – Serviços de Escritório: Relatório Preliminar

Apresentação de relatório de estudos preliminares para desenvolvimento do projeto, contendo: estudos de tráfego com cálculo do número N, ensaios de materiais de pavimentação.

Apresentação de Relatório Preliminar, compatibilizando os estudos realizados: topográficos, dimensionamento do pavimento; estudo geotécnico com estudos dos materiais de jazida, péticos, areais e capa asfáltica; estudos de sinalização horizontal e vertical.

9.4 – Serviços de Escritório: Projeto Executivo Aprovado

Apresentação do Projeto Final de Engenharia, em meio físico e digital, conforme estabelecido no Termo de Referência, com atendimento das correções apontadas e devidamente aprovado pela Fiscalização, acompanhado do TERMO DE RECEBIMENTO DO PROJETO.

Os procedimentos administrativos de conferência da medição e trâmites do processo seguirão as normas da Gerência de Medição de Obras Rodoviárias (OR-GEMOR), devendo a contratada verificar a relação dos documentos necessários para compor cada medição parcial e a medição final.

O serviço será recebido pelo Fiscal de Contrato, mediante entrega do Relatório Final e emissão de Termo de Recebimento Provisório, de acordo com previsões legais.

10 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O recolhimento das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA-GO, obrigatória para toda a equipe de profissionais apresentada na proposta técnica, ficará a cargo da contratada, sendo indispensável e obrigatória a apresentação delas na ocasião da primeira medição parcial.

O projetista tem responsabilidade quanto:

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

1. À qualidade e fidedignidade dos estudos preliminares (reconhecimentos, ensaios, levantamentos topográficos) apresentados;
2. À viabilidade e a economicidade das soluções técnicas especificadas;
3. À exatidão dos quantitativos, memoriais descritivos e memórias de cálculos;
4. À eventuais erros ou omissões que levem ao encarecimento das obras decorrentes de desequilíbrios contratuais;
5. Às sanções contratuais aplicáveis, que poderão alcançar a responsabilidade pelo ressarcimento de eventuais prejuízos, bem como a declaração de inidoneidade da empresa projetista.

O engenheiro indicado na posposta técnica como responsável pela elaboração dos projetos rodoviários deverá estar disponível ao objeto do contrato e à Gerência de Projetos Rodoviários da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre durante todo o período de vigência contratual.

11 – FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços contratados serão acompanhados e analisados pelo Fiscal de Projeto e pelo Gestor de Contrato, devidamente designados para este fim pelo Prefeito Municipal de Buriti Alegre.

Caberá ao **Fiscal de Projeto** o acompanhamento dos serviços em campo, definição das diretrizes gerais do projeto, análise das definições e critérios de projeto propostos pelo projetista, análise dos dimensionamentos, emissão de relatórios de pendências, preenchimento do Livro de Ordens do CREA-GO vinculado à ART de fiscalização do projeto, emissão dos relatórios de medição e aceitação provisória e final dos serviços executados.

12 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para qualificação, a empresa deverá apresentar:

12.1 - Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA e/ou CAU, da firma participante e de seus responsáveis técnicos.

12.2 - Apresentar Equipe Técnica composta, no mínimo, por **01 (um) Engenheiro Responsável pelo Projeto de Pavimentação**.

12.3 - Comprovação da capacitação técnico-profissional do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante, através de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), emitidas pelo CREA e/ou CAU da região em que foi realizado o serviço, comprovando a responsabilidade técnica por serviços com características semelhantes ao objeto da licitação, de complexidade equivalente ou superior, sendo consideradas como parcelas de maior relevância e valor significativo, para fins desta licitação, a comprovação de execução dos serviços descritos abaixo (desconsiderar as quantidades mínimas exigidas):

Atestado de Projeto Final de Engenharia - 1,7 km

Atestado de Projeto ou Execução com Reforço de Geogrelha - 200 m²

*os atestados técnicos apresentados com quantitativos em m² serão convertidos em km, considerando-se a largura média de 9,60 metros.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

OBS.: Não serão aceitos como serviços similares ou de complexidade superior a elaboração de projetos de restauração asfáltica ou pavimentação de loteamentos urbanos.

12.3.1 - O(s) engenheiro(s) indicado(s) como RT deverá(ão), obrigatoriamente ser o(s) detentor(es) dos atestados exigidos no item 12.3 deste Termo de Referência;

12.3.2 - Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das licitantes.

12.4 - Comprovação da capacitação técnico-operacional do licitante, demonstrando a execução, a qualquer tempo, de serviços compatíveis com os do objeto desta licitação, de complexidade equivalente ou superior, através do somatório de certidões e/ou atestados, provenientes de contrato(s) em nome do próprio licitante (empresa) como contratada principal ou como subcontratada, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, obedecendo as parcelas de maior relevância. Os serviços deverão estar explicitados conforme as quantidades mínimas dispostas abaixo:

Atestado de Projeto de Pavimentação - 1,7 km

Atestado de Projeto ou Execução com Reforço de Geogrelha - 200 m²

*os atestados técnicos apresentados com quantitativos em m² serão convertidos em km, considerando-se a largura média de 9,60 metros.

OBS.: Não serão aceitos como serviços similares ou de complexidade superior a elaboração de projetos de restauração asfáltica ou pavimentação de loteamentos urbanos.

12.5 - As empresas licitantes deverão apresentar relação de equipe técnica, acompanhada de comprovação de vinculação. A comprovação de vinculação do profissional deverá ser através de:

a) Quando se tratar de dirigente, sócio ou responsável técnico da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada; ou

b) Em se tratando de profissional a contratar, Declaração de Disponibilidade do Profissional para a execução dos serviços, sendo obrigatória sua participação na equipe efetiva do serviço. Em caso de troca após a homologação da licitação, o substituto será avaliado pela Contratante, devendo ser obrigatoriamente com experiência igual ou superior ao profissional da licitação.

12.6 - Os profissionais indicados pela licitante como equipe técnica deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos que irão executar os serviços caso seja a vencedora desta licitação. Cada profissional deverá assinar uma Declaração de próprio punho, sendo vetadas assinaturas eletrônicas ou digitalizadas. Esta DECLARAÇÃO deverá seguir o seguinte modelo:

"A empresa licitante declara que os seguintes profissionais (indicar nomes e dados pessoais), detentores dos atestados de capacidade técnica serão, obrigatoriamente, os que acompanharão a execução dos serviços, caso esta empresa seja a vencedora desta licitação".

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

12.7 - No caso de atestado emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.

12.8 - Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra, deverá ser juntada à documentação declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos.

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete a Contratada:

- a) executar o contrato em conformidade com este Termo de Referência e o instrumento contratual;
- b) ser responsável, em relação aos seus funcionários ou prepostos, por todas as despesas decorrentes da execução dos contratos, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que possam representar custos para a execução do objeto do contrato de credenciamento;
- c) responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, bem como proceder o imediato reparo ou indenização cabíveis;
- d) manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;
- e) justificar eventuais motivos que impeçam ou atrasem a realização dos serviços objeto do contrato, apresentando novo cronograma, a ser analisado pela Prefeitura Municipal de Buriti Alegre;
- f) responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente;
- g) conciliar os trabalhos contratados com as atividades da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, de modo a não causar embaraços ao andamento normal de suas competências;
- h) apresentar, quando solicitado pela Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, relação completa dos profissionais que executarão os trabalhos, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como o cronograma;
- i) manter as informações e dados empresariais e da própria Prefeitura Municipal de Buriti Alegre em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre de todos os documentos produzidos em razão do contrato e correlatos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado. O descumprimento dessa obrigação é considerado de natureza gravíssima, respondendo o contratado e seus prepostos nas searas administrativa, civil e penal;
- j) elaborar produtos técnicos com qualidade e pontualidade;

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

k) abrir e preencher periodicamente o Livro de Ordens do CREA vinculado à ART de elaboração do projeto;

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete a Contratante:

- a) indicar 1 (um) servidor da Prefeitura interessada para liderar e acompanhar pessoalmente a equipe da credenciada nas eventuais execuções dos serviços de campo;
- b) exercer a fiscalização da execução do contrato por meio do Fiscal do Projeto, servidores especialmente designados, na forma prevista no caput do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993;
- c) proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa cumprir o estabelecido no contrato;
- d) prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual;
- e) garantir o acesso e a permanência dos técnicos da contratada nas dependências da Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, quando necessário, para a execução dos serviços objeto do contrato.

15 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, além das sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666/93, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico do estudo não cumprido;
- 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico do estudo não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Edital e na legislação de regência.

O valor da multa será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

A empresa contratada e os profissionais Responsáveis Técnicos pelos Projetos entregues à Prefeitura Municipal de Buriti Alegre poderão ser responsabilizados, nos termos da lei, quando da execução da obra quanto a vícios, erros ou omissões decorrentes de projeto devidos a:

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

- qualidade e fidedignidade dos estudos preliminares (reconhecimentos, sondagens, levantamentos topográficos) apresentados;
- viabilidade e a economicidade das soluções técnicas especificadas;
- precisão dos quantitativos levantados;
- eventuais erros ou omissões que levem ao encarecimento das obras decorrentes de desequilíbrios contratuais.

As sanções contratuais aplicáveis poderão alcançar a responsabilidade pelo ressarcimento de eventuais

prejuízos, bem como a declaração de inidoneidade da empresa projetista.

16 – ASSINATURAS E APROVAÇÕES

Buriti Alegre, 14 de março de 2022.

APROVAÇÃO:

ANDRÉ CHAVES

Prefeito Municipal de Buriti Alegre

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

ANEXO VII - MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° ____/2022

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE E A
EMPRESA _____.**

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE - GO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.345.909/0001-44, com sede na Rua Goiás n.º 563, Centro, nesta cidade, pessoa jurídica de direito Público interno neste ato representada pelo Prefeito Municipal o senhor **André de Sousa Chaves**, brasileiro, casado, portador da CI-RG n.º _____/_____, e CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua José Sinhá, n.º 866, Centro, nesta cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás, ao final assinado doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, com sede na _____, n.º _____, bairro _____, no município de _____, Estado de _____, CEP _____-_____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, neste ato, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade RG n.º _____/_____, inscrito no CPF sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelas respectivas alterações dada pela Lei n.º 8.883, de 08/06/ 1994, firmam o presente contrato, consoante **Processo Administrativo n.º 04441/2021** e ato licitatório na modalidade CARTA CONVITE n.º **001/2022**, homologado em ____ de _____ de 2022, pelo Sr. Prefeito Municipal, têm entre si certo e avençado, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e se outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 Constitui **OBJETO**: Projeto para Obras de Infraestrutura de Pavimentação com Drenagem Pluvial Superficial de Vias Urbanas em diversos logradouros situados na área de influência do Lago das Brisas, Município de Buriti Alegre, em conformidade com os projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico financeiros, conforme especificações do edital.

1.1. A execução dos serviços deverá respeitar com rigor todas as especificações e condições técnicas apresentadas nos Anexos do Edital CARTA CONVITE n.º 001/2022, que faz parte deste contrato.

1.2. A descrição dos serviços encontra-se no Termo de Referência - Anexo VII do presente edital.

1.3. Os serviços ora pactuados deverão ser realizados em perfeita consonância com o ato licitatório, na modalidade CARTA CONVITE N.º **001/2022**, cujos autos, termos, documentos, especificações,

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

proposta da **CONTRATADA**, ata de julgamento, termo de adjudicação, despacho homologatório do Exmo. Srº. Prefeito Municipal de Buriti Alegre, e publicações oficiais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui estivessem transcritos sendo de perfeito conhecimento da parte **CONTRATANTE**, que se obrigam a cumpri-los fiel e integralmente.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto será de até 31 de dezembro de 2022, com início em até 10 (dez) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço expedida pela Secretaria Municipal Desenvolvimento Rural e Obras, respeitadas as determinações da Lei Federal nº 8.666/93, e pelas respectivas alterações dada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994 e suas posteriores alterações.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência do contrato será contado a partir da assinatura do mesmo até 31/12/2022.

3.2. Os prazos de que tratam os itens 2.1 e 3.1, do contrato, poderão ser revistos nas hipóteses e formas que alude ao art. 57, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA QUARTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução será o de empreitada por preço Global, obedecendo às especificações contidas no Processo Administrativo nº 04441/2021, e neste instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA: DO SUPORTE LEGAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas para o atendimento desta licitação serão acudidas através da dotação orçamentária. Caso seja necessário, nova dotação orçamentária será feita no exercício financeiro seguinte.

03 - PREFEITURA MUNICIPAL

03.13 – SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL E OBRAS

03.13.15 - Urbanismo

03.13.15.451 – Infra - Estrutura Urbana

03.13.15.365.1538 – Serviços Urbanos

03.13.15.365.1538.2.152 – Manutenção Secretaria de Obras

0245 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor total deste contrato é de R\$ _____ (valor por extenso).

FONTE DE RECURSOS	100.000	R\$ _____ (_____), recursos próprios do Município.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

6.2. Os valores unitários são aqueles constantes nas planilhas orçamentárias elaboradas pela **CONTRATADA**.

CLAUSULA SETIMA: DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7. O faturamento será mensal.

7.1. A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação mensal dos seguintes documentos:

7.1.1. Comprovação dos recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos:

- a) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).
- b) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet.

7.1.2. Comprovação dos recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de:

- a) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade Social (GFIP).
- b) Cópia do comprovante de Declaração à Previdência.
- c) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet.

7.2. O pagamento será realizado através de medições dos serviços executados.

7.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar a medição dos serviços executados sob a forma de documento escrito à Secretaria Municipal de Obras e processadas regularmente pela área técnica da **PREFEITURA**, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária a verificação da respectiva medição.

7.4. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais acompanhadas dos boletins de medições devidamente aprovadas pelo setor de engenharia do município.

7.5. No caso da não aceitação da medição realizada, a Secretaria Municipal de Obras devolverá à **CONTRATADA**, para retificação, devendo esta última emitir nova medição, no prazo de 05 (cinco) dias. A Secretaria Municipal de Obras terá o prazo novamente de 05 (cinco) dias para confirmar ou não o aceite.

7.6. Aceita a medição pelo setor técnico, os serviços serão faturados e acompanhados de Nota Fiscal, sendo que o pagamento dar-se-á no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, contados da data da aprovação da medição, pela Secretaria de Finanças do município.

7.7. Havendo erro na fatura a tramitação da fatura será suspensa para que a **CONTRATADA** adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da fatura.

7.8. Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicarão a aceitação dos serviços já executados.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

8.1. Os preços contratados somente poderão ser reajustados depois de transcorridos 12 (doze) meses da assinatura do contrato, com base na variação da tabela da SINAP ou GOINFRA-GO.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de revisão contratual, de acordo com a variação oficial de preços, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, prejudiciais à execução do contrato, de efeitos extraordinários.

CLÁUSULA NONA: DOS ENCARGOS

9.1. Correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA** todos os encargos da legislação trabalhista, bem como todas as demais obrigações para com a Previdência Social, Tributos, Federais, estaduais e Municipais, inclusive todas as A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA) necessárias para a plena e total execução e conclusão dos serviços, inclusive as solicitadas pela CPL, decorrentes do cumprimento do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PREFEITURA

10.1. Obriga-se a **contratada**, durante o prazo de execução dos serviços, a:

10.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos da legislação trabalhista, seguro de acidentes do trabalho, bem como todas as demais obrigações para com a Previdência Social, Tributos Federais, Estaduais e Municipais, inclusive todas as A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA), decorrentes e necessárias para o fiel cumprimento do instrumento contratual, para a perfeita e total conclusão do objeto.

10.1.2 Manter preposto na coordenação e responsabilidade técnica dos serviços, objeto do presente Edital.

10.1.3 Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o pessoal cuja atuação no local dos serviços for julgada inconveniente pela fiscalização do contrato.

10.1.4 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com a proposta da Contratada, as especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos da presente Carta convite.

10.1.5 Conduzir os serviços em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.6 Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.1.7 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município e/ou da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros.

10.1.8 Comunicar à fiscalização do contrato, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

10.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Prefeitura do Município de Buriti Alegre, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre os serviços.

10.1.10 Adequar, por determinação da fiscalização do contrato, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.11 Arcar com todos os custos decorrentes de imprudência, imperícia ou negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais.

10.1.12 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o contrato e sobre as atividades da prestadora de serviços, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por Lei.

10.1.13 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta aos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes, pertencentes às prestadoras de serviços públicos de energia elétrica, comunicações, água e esgoto.

10.1.14 Executar os serviços de forma a não prejudicar o trânsito local, e de acordo com as especificações técnicas contidas no presente edital e seus anexos, bem como em total conformidade com as normas de higiene, segurança e normas da ABNT.

10.1.15 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.16 Empregar os veículos, os equipamentos e a mão de obra, necessárias e suficientes para a execução plenamente satisfatória dos serviços contratados.

10.1.17 Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e sociais, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços ora contratados.

10.1.17.1 O pessoal que a Contratada empregar para a execução dos serviços não terá relação de emprego com a Prefeitura do Município de Buriti Alegre e contra esta não poderá demandar quaisquer pagamentos, sendo da exclusiva responsabilidade da Contratada, a qual, desde já, fica obrigada a ressarcir a Municipalidade de qualquer despesa que, em decorrência de ação judicial, vier a ser condenada a pagar.

10.1.18 Respeitar e fazer com que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho, e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPI's exigíveis.

10.1.19 Promover o transporte de pessoal em veículos apropriados e adequados, obedecidas às normas de segurança vigentes.

10.1.20 Providenciar que o seu pessoal deverá estar devidamente equipado e uniformizado para a execução dos serviços.

10.1.21 Observar a circunstância de que será terminantemente proibido o seu pessoal ingerir bebidas alcoólicas em serviço e pedir gratificações ou donativos de qualquer espécie.

10.2 A PREFEITURA obriga-se a:

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

10.2.8 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no contrato.

10.2.9 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, sem que isso configure, em qualquer aspecto, transferência de responsabilidade da Contratada à Contratante, pela correta execução dos serviços contratados.

10.2.10 Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Edital.

10.2.11 Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. A recusa da **CONTRATADA** em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo de vigência da proposta, caracterizará o descumprimento das obrigações assumidas, ficando a mesma, sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, com base na variação da tabela da SINAP ou GOINFRA-GO.

11.2. Pela inexecução total ou parcial por parte da **CONTRATADA**, além das medidas e penalidades previstas no contrato, deverá a mesma sujeitar-se ao pagamento das seguintes multas:

11.3. Pagamento de 1% (um por cento) do valor do contrato no caso de rescisão administrativa por ato de sua responsabilidade, inclusive, pelo não atendimento, ou atendimento irregular;

11.4. Pagamento de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato nos seguintes casos:

11.4.1. Por dia de atraso, sem motivos justificativos e aceitos pela **PREFEITURA**;

11.4.2. Por falta dada, bem como ausências no local dos serviços, durante os períodos que forem estabelecidos pela fiscalização;

11.4.3 Por vez que o responsável técnico deixar de atender a convocação da **PREFEITURA**, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, a contar do recebimento da convocação e, também, no caso de não haver, na sede da contratada, pessoa credenciada para recebê-la;

11.4.4 Por dia em que não for encontrado no local dos serviços o Diário de Ocorrência;

11.4.5 Por dia de paralisação dos serviços, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela Prefeitura;

11.4.6. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas do contrato, excetuadas aquelas para os quais as sanções estejam especificamente estabelecidas, será aplicável a multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, sendo elevada ao dobro nos casos de reincidência.

11.5 As multas previstas neste item serão descontadas em moeda corrente dos pagamentos mensais devidos à **CONTRATADA**.

11.6 Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a **CONTRATADA** às demais penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

13.1. A **PREFEITURA** poderá rescindir o presente instrumento contratual nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei que regula os procedimentos licitatórios (Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações), sem que tal ato gere qualquer direito à indenização, pela **PREFEITURA**, também nos seguintes casos:

- 13.1.1.** Na ocorrência de dolo, culpa simulação ou fraude na execução do contrato;
- 13.1.2.** Pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais ou pelo seu cumprimento irregular;
- 13.1.3.** Quando, pelas reiteradas impugnações feitas pela **PREFEITURA**, ficar evidenciada a incapacidade da **CONTRATADA** para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;
- 13.1.4.** Se a **CONTRATADA** transferir o contrato, no todo ou em parte;
- 13.1.5.** Na ocorrência de protestos de títulos ou na emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- 13.1.6.** Por acordo mútuo ou por razões de exclusivo interesse do serviço público;
- 13.1.7.** Caso não ocorra a adesão mínima exigida dos proprietários para a realização dos serviços, hipótese em que não haverá qualquer reembolso de despesas à **CONTRATADA**, a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA ACEITABILIDADE

14.1. O pessoal da **CONTRATADA**, por ela designado para trabalhar nos serviços objeto deste contrato não terá vínculo empregatício algum com a **PREFEITURA**, sendo de sua exclusiva responsabilidade o pagamento de salários e encargos previdenciários advindos da legislação vigente.

14.2. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

15.1. A **CONTRATADA** não poderá ceder, transferir ou subcontratar os serviços, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO PELA PREFEITURA

16.1. A execução do presente contrato será acompanhada por funcionário da Secretaria Municipal de Obras, o qual providenciará as anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

16.2. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas às autoridades competentes em tempo hábil, para a adoção das medidas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Sendo a **CONTRATADA** empresa devidamente constituída e com personalidade jurídica própria, não há vínculo empregatício entre seus empregados e a **PREFEITURA**.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI ALEGRE

17.2. A **CONTRATADA** é civil e criminalmente responsável pelos danos que causar direta e indiretamente à **PREFEITURA** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços que compõem o objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por representante da **PREFEITURA**.

17.3. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.3.1. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **PREFEITURA** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

17.4. A tolerância das partes de eventuais infrações às condições estipuladas neste instrumento, não valerá como precedente, novação ou, ainda, como renúncia aos direitos que a legislação pertinente e o contrato assegurem.

17.5. Qualquer alteração pretendida pelas partes em relação ao presente instrumento, deverá ser formalizada através de Termo Aditivo, firmado pelas partes, sempre com observância dos ditames legais previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buriti Alegre - GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato. Além das previsões do presente edital.

E, por estarem assim, certas e ajustadas, lido e achado conforme, assinam as partes já qualificadas no preâmbulo, o presente **TERMO DE CONTRATO**, na presença das testemunhas que conjuntamente este subscrevem, firmado em 02 (duas) vias de igual teor e forma e nada mais.

Buriti Alegre - GO, em ____ de _____ de _____.

ANDRÉ DE SOUSA CHAVES
Prefeito Municipal de Buriti Alegre
Contratante

Contratada
Representante legal

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____

1ª testemunha

2ª testemunha